

**DIPLOMA MINISTERIAL N.º 45/2017**

**de 2 de Agosto**

**REGULAMENTO RELATIVO AO ESTATUTO E REGRAS  
DE PROCEDIMENTOS PARA A COMISSÃO DE  
AVALIAÇÃO PARA A GESTÃO DO PROCESSO DE  
AVALIAÇÃO AMBIENTAL PARA PROJETOS DA  
CATEGORIA A**

**Preâmbulo**

Considerando a necessidade de regulamentar os projetos que possam ter impactos significativos no meio ambiente.

Considerando que a Comissão de Avaliação deve ser estabelecida nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 5/2011, a Lei de Licenciamento Ambiental.

Considerando que é necessário elaborar as regras e procedimentos da Comissão de Avaliação criada para gerir o procedimento da DIA para os projetos propostos da Categoria A.

Assim, o Ministro responsável pelo Ambiente aprova, nos termos do artigo 42.º, alínea d) da Lei de Licenciamento Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2011, de 9 de Fevereiro de 2011, o seguinte:

**DIPLOMA MINISTERIAL N.º 45/2017**

**de 2 de Agosto**

**REGULAMENTU KONABA ESTATUTU NO  
REGRAS DE PROSEDIMENTUS BA KOMITE E  
AVALIASAUN HODI JERE PROSIDIMENTUS  
AVALIASAUN AMBIENTAL BA PROJETUS HO  
KATEGORIA A**

**Preâmbulo**

Konsiderandu nesesidade hodi regula projetus hirak mak karik sei iha impaktus signifkantes ba ambiente.

Enkuantu Komitee Avaliasaun tenki estabesele tuir Artigu 10 Dekretu Lei 5/2011 Lei Lisensiamentu Ambientál nian.

Au passu ke nesesáriu duni atu elabora regras no prosedimentus ba Komitee Avaliasaun mak estabesidu tiha ona hodi jere prosedimentus AIA ba projetu planeadus ho Kategorie A.

Tan ne'e, Ministru Responsável ba Ambiente aprova, sob Artigu 42 (d) husi Lei Lisensiamentu Ambientál, Dekretu Lei 5/2011 husi Loron 9 de Fevereiro de 2011, hanesan tuir mai ne'e:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º  
Definições**

Todos os termos utilizados no presente regulamento têm o significado dado pela Lei de Licenciamento Ambiental, aprovado o Decreto-Lei n.º 5/2011 e pela Lei de Bases do Ambiente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2012.

**Artigo 2.º  
Âmbito**

O presente regulamento aplica-se a todas as Comissões de Avaliação estabelecidas para gerir o processo de avaliação ambiental para qualquer projeto proposto da Categoria A, de acordo com a Lei de Licenciamento Ambiental.

**CAPÍTULO II  
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

**Artigo 3.º  
Composição da Comissão de Avaliação**

1. A Comissão de Avaliação é composta por um número ímpar de membros e de acordo com o artigo 10.º, n.º 2 da Lei de Licenciamento Ambiental.
2. A Comissão de Avaliação é composta, no mínimo, por sete membros em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2 da Lei de Licenciamento Ambiental. O número exato de membros da Comissão de Avaliação é determinado pela Autoridade Ambiental Superior tendo em conta o tipo e a complexidade do projeto proposto e da avaliação ambiental.
3. Não pode ser membro da Comissão de Avaliação quem for, de acordo com o artigo 10.º, n.º 3 da Lei de Licenciamento Ambiental, funcionário de qualquer órgão do governo ou organismo público ou privado proponente do projeto proposto em discussão.
4. Não pode ser membro da Comissão de Avaliação quem for o proponente do projeto proposto ou tenha interesse financeiro ou outro no projeto proposto.
5. Não pode ser membro da Comissão de Avaliação quem for parente do proponente ou tenha interesse financeiro ou outro no projeto proposto.
6. No caso da Autoridade Ambiental ser o próprio proponente ou ter interesse no projeto proposto, o Primeiro-Ministro deve constituir a Comissão de Avaliação e delegar, num membro apropriado da Comissão de Avaliação, competência para atuar como Presidente da Comissão. O gabinete do Primeiro-Ministro assegura o Secretariado para a Comissão.

**KAPÍTULUI  
PROVISOENS JERAIS**

**Artigu 1º  
Definisoens**

Termus hotu-hotu utilizadu iha Regulamentu ida ne'e musti iha signifikadu ba sira husi Lei Lisensiamentu Ambientál, Dekretu Lei 5/2011 no Lei Baze do Ambiente, Dekretu Lei 26/2012.

**Artigu 2º  
Estudus Inisiais (Scope)**

Regulamentu ida ne'e aplika ba Komitee Avaliasaun hotu-hotu estabele sidu hodi jere prosedimentu avaliasaun ambiental ba Projetu Planeadu ho Categoria A, nebé comformidade ho Lei Lisensiamentu Ambientál, Dekretu Lei 5/2011.

**KAPÍTULUII  
KOMPOZISAUN BA KOMITEE AVALIASAUN**

**Artigu 3º  
Kompozisaun ba Komitee Avaliasaun**

1. Komitee Avaliasaun sei kompostu husi número impar membru nian no kompostu tuir Artigu 10.2 husi Lei Lisensiamentu Ambientál.
2. Komitee Avaliasaun tenki ser kompostu no la menus husi membrus nain hitu de akordu ho Artigu 10.2 Lei Lisensiamentu Ambiental. Número ezatu ba membrus Komitee Avaliasaun tenki ser determinadu husi Superior Autoridade Ambiental, toma em konta katak tipu no kompleksidade ba planeadu projetu no avaliasaun ambiental.
3. La iha ema ida mak sei sai membru Komitee Avaliasaun nian se ema ne'e dadaun membru karegadu ida iha ajénsia governu nian ka públiku ka korpu privadu mak nudar proponente ba projetu planeadu sob diskusaun, em konformidade ho Artigu 10.3 husi Lei Lisensiamentu Ambientál.
4. La iha ema ida mak sei sai membru Komitee Avaliasaun nian se ema ne'e nudar proponente ba projetu planeadu, ka iha interes finanseirus ka interes sira seluk iha Projetu Planeadu.
5. La iha ema ida mak sei sai membru ba Komitee Avaliasaun se ema ne'e sei relative/familia ba proponente, ka se ema ne'e iha interes finanseirus ka interes sira seluk iha projetu planeadu ne'e.
6. Iha eventua mak Autoridade Ambientál ne'e ninia-an-rasik mak sai proponente ka iha interese ba projetu planeadu mak hafoin Primeiru Ministru sei konstitui Komitee Avaliasaun no Primeiru Ministru sei delega membru apropiadu ida husi Komitee Avaliasaun hodi atua nudar Prezidente Meja ba Komitee. Gabinete Primeiru Ministru nian sei atua nudar Sekretariadu ba Komitee.

**Artigo 4.º**

**Qualificações e experiência dos membros da Comissão de Avaliação**

1. Os membros da Comissão de Avaliação devem possuir experiência significativa, não inferior a cinco anos, num ou mais das seguintes áreas:
  - a. Engenharia do ambiente;
  - b. Ciências do ambiente;
  - c. Biologia, Química ou Física;
  - d. Ecologia;
  - e. Saúde humana;
  - f. Economia;
  - g. Ciências sociais;
  - h. Controlo de poluição;
  - i. Experiência específica no setor do projeto proposto.
2. Sempre que o Presidente da Comissão de Avaliação for da opinião de que um membro da Comissão não tem a experiência necessária, deve solicitar à Autoridade Ambiental Superior uma substituição adequada.
3. O Presidente da Comissão de Avaliação deve assegurar que os membros da Comissão, em conjunto, têm experiência para avaliar todos os aspetos dos documentos do projeto proposto.
4. Sempre que o Presidente da Comissão de Avaliação for da opinião de que os membros da Comissão não têm a experiência completa estabelecida no número 3, deve solicitar à Autoridade Ambiental Superior um membro ou membros adequados para a Comissão.

**CAPÍTULO III**

**REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

**Artigo 5.º**

**Quórum**

1. O quórum da Comissão de Avaliação é composto pela maioria dos membros da Comissão.
2. A Comissão de Avaliação só se reúne quando houver um quórum da Comissão presente.

**Artigo 6.º**

**Deliberação**

1. A Comissão de Avaliação delibera por maioria simples dos membros presentes em reunião da Comissão.

**Artigu 4º**

**Kualifikasaun no Eksperiénsia husi Membru Komitee Avaliasaun**

1. Membru Komitee Avaliasaun tenki iha experiénsia signifkante, mak sei la menus husi tinan 5, iha kampu ida (1) ka liu tan husi kampu hirak tuir mai ne'e:
  - a. Enjiñaria Ambientál
  - b. Siénsia Ambientál
  - c. Biolojia, Kímika no fízika
  - d. Ekolojia
  - e. Saúde Umana
  - f. Ekonomia
  - g. Siénsia Sosiál
  - h. Kontrolu Poluisaun
  - i. Eksperiénsia espesífika iha Setór husi projetu planeadu.
2. Iha nebé mak Presidente Komitee Avaliasaun nian ne'e ho opiniaun katak membru ida husi Komitee ida ne'e la iha esperiénsia rekerida, nia sei husu ba Superior Autoridade Ambientál nian hodi halo substituisaun ida ke apropriada ba pozisaun ida ne'e.
3. Presidente Komitee Avaliasaun nian sei aseguira membru sira husi Komitee ida ne'e bele unidu no iha esperiénsia hodi halo avaliasaun ba aspetu hotu-hotu husi dokumentu projetu ba projetu planeadu.
4. Iha nebé mak Presidente Komitee Avaliasaun nian ne'e ho opiniaun katak membru Komitee sira la iha esperiénsia kompleta nudar hatur iha Parágrafo 3, nia sei hato'o pedidu ba Superior Autoridade Ambientál nian hodi buka membru apropriadu ka membrus ba Komitee.

**KAPÍTULU III**

**Princípios Hala' o Serbisu Husi Komitee Avaliasaun Nian**

**Artigu 5º**

**Kuorum**

1. Kuorum Komitee Avaliasaun nian tenki ser maioria husi membru Komitee nian sira.
2. Komitee Avaliasaun sei la tur a naun ser iha Kuorum husi Komitee nebé presente.

**Artigu 6º**

**Foti-Desizaun**

1. Komitee Avaliasaun sei foti-desizaun ruma liu husi Maioria Simples husi Membrus Presentes nian iha Enkontru Komitee ne'e.

2. Em caso de empate na votação, o Presidente da Comissão tem voto de qualidade.

**Artigo 7.º**  
**Regras de funcionamento**

1. O Presidente da Comissão de Avaliação deve convocar todos os membros por escrito, indicando o local, data e hora e a agenda da reunião da Comissão de Avaliação, no mínimo, 5 dias úteis antes da reunião.
2. Ao convocar os membros da Comissão, o Presidente, caso ainda não o tenha feito, deve fornecer cópias dos documentos relevantes do projeto, incluindo o pedido de licença ambiental, os TOR, a DIA e o PGA e, se necessário, cópias de quaisquer informações adicionais submetidas pelo proponente do projeto.
3. Qualquer membro da Comissão, independentemente de participarem ou não na reunião da Comissão, pode apresentar, por escrito, ao Presidente a sua opinião e comentários sobre a DIA e o PGA. O Presidente deve comunicar imediatamente tal opinião e comentários a todos os membros da Comissão.
4. O departamento responsável pela avaliação ambiental presta serviços de secretariado para a Comissão de Avaliação.
5. O secretariado referido no número 4 deve manter um registo escrito de todas as reuniões da Comissão de Avaliação. Os registos não fazem parte do registo público previsto no artigo 38.º do Lei de Licenciamento Ambiental.

**Artigo 8.º**  
**Verificação inicial da DIA e do PGA**

1. A Comissão de Avaliação procede a uma análise inicial da DIA e do PGA para garantir o cumprimento dos requisitos legais para tais documentos e a sua conformidade com os TOR acordados para a avaliação ambiental.
2. O exame inicial referido no número 1 deve ser realizado no prazo de 5 dias úteis após a constituição da Comissão de Avaliação para o projeto proposto.
3. Sempre que a DIA e o PGA não cumprem os requisitos legais ou não estão em conformidade com os TOR acordados, o processo de avaliação deve ser encerrado e devolvidos os documentos do projeto ao proponente. A Comissão de Avaliação deve informar o proponente, por escrito, de quaisquer ineptidões nos documentos do projeto e da possibilidade de nova submissão e recomeço do processo da EIA se tais ineptidões forem corrigidas. Quaisquer prazos estabelecidos no Lei de Licenciamento Ambiental, têm início a partir da data da nova submissão dos documentos do projeto.
4. Sempre que as circunstâncias estabelecidas no número 3 se apliquem, a Comissão de Avaliação deve notificar, por escrito, a Autoridade Ambiental e a Autoridade Ambiental Superior.

2. Iha eventu votu mak ‘taka-ba-públiku’, Presidente Komitee sei decide votus.

**Artigu 7º**  
**Prinsípius Serbisu**

1. Presdente Komitee Avaliasaun nian sei hasai avizu ba membru hotu-hotu hato’o em eskrita hodi hatudu fatin, data no oras no agenda Enkontru Komitee nian mais ou menus Loron 5 serbisu nian molok hala’o enkontru.
2. Presidente, se la hala’o, sei au mesmu tempu hasai avizu ba membru Komitee hodi fornese ba sira ho kopia dokumentus projetu relevantes inkluidu aplikasaun Lisensiamentu Ambiental, TOR, DIA no PJA no, se karik kopias relevante husi informasaun adisionál sira submetidu husi proponente projetu.
3. Kualker Membru Komitee, tantu sira atende enkontru Komitee nian ou lae, sei bele submete em eskrita ba Presidente sira nia opiniaun no komentárius konaba DIA no PJA. Presidente sei imediatamente enkamiña kualker tal opinioens no komentárius ba membru hotu-hotu Komitee nian.
4. Departamentu responsável ba avaliasaun ambientál sei fornese serbisu sekretariadu ba Komitee Avaliasaun.
5. Sekretariadu referidu iha Parágrafu 4 sei tau-hamtutuk dokumentasaun em eskrita enkontru hotu-htou nebé hala’o husi Komitee Avaliasaun. Tal Dokumentasaun mak temi ne’e sei la forma parte ketak ida husi rejistru públiku nudar referidu iha Artigu 38 Lei Lisensiamentu Ambientál.

**Article 8º**  
**Verifikasaun Inisiál konaba DIA no PJA**

1. Komitee Avaliasaun sei hala’o ezaminasaun inisiál konaba DIA no PJA hodi asegura katak sira hatán duni rekerimentu legál ba dokumentu hirak ne’e no assegura katak tal dokumentus kumpri ho TOR nebé iha akordu tiha ona ba avaliasaun ambiental.
2. Ezaminasaun inisiál referidu iha Parágrafu 1 sei hala’o iha loron lima serbisu nian laran konaba konstituisaun Komitee Avaliasaun ba projetu planeadu.
3. Bainhira mak DIA no ka PJA la hetan rekeriementu legál ka la kumpri ho TOR akordadu prosesu avaliasaun sei termina no dokumentus projetu sei haruka hikas ba proponente. Komitee Avaliasaun sei informa proponente em eskrita defeitu ruma iha dokumentus projetu no informa proponente katak se defeitu hirak ne’e hetan rektifikasaun, entaun dokumentu projetu ida ne’e karik sei bele submete hikas no re-komesa prosesu AIA. Kualker prazu tempu hatur iha Lei Lisensiamentu Ambientál nian sei hahú husi data re-submisaun ba dokumentus projetu nian.
4. Iha nebé mak sirkumstánsia hatur iha Parágrafu 3 aplika, Komitee Avaliasaun sei hasai avizu em eskrita ba Autoridade Ambientál no Autoridade Ambiental Superior.

**Artigo 9º**  
**Avaliação técnica da DIA e do PGA**

A Comissão de Avaliação deve proceder a uma avaliação técnica detalhada da DIA e do PGA logo que a verificação inicial seja concluída com sucesso.

**Artigo 10.º**  
**Consulta**

1. Sempre que a Comissão de Avaliação entenda ser necessário reunir com o proponente do projeto, deve solicitar uma reunião por escrito.
2. Sempre que a Comissão de Avaliação entenda ser necessário reunir com qualquer outro interessado, deve solicitar uma reunião por escrito.

**Artigo 11.º**  
**Consulta pública**

A Comissão de Avaliação deve assegurar que a consulta pública é realizada de acordo com o Lei de Licenciamento Ambiental e com o Regulamento da Consulta Pública.

**Artigo 12.º**  
**Pedido de informações complementares**

1. Se durante a avaliação técnica referida no artigo 10.º, a Comissão de Avaliação entender a qualquer momento ser necessário obter informações complementares do proponente do projeto, deve notificá-lo por escrito.
2. A notificação referida no número 1 deve especificar as informações complementares a solicitar e os fundamentos da necessidade.
3. O prazo para a prestação de informações complementares é em data acordada pela Comissão de Avaliação e o proponente do projeto.
4. A Comissão de Avaliação deve enviar uma cópia da notificação referida no número 1 à Autoridade Ambiental e à Autoridade Ambiental Superior.
5. Logo que as informações complementares referidas no número 1 são prestadas pelo proponente do projeto à Comissão de Avaliação, esta deve assegurar que as informações complementares são disponibilizadas ao público nos termos do Lei de Licenciamento Ambiental e do Regulamento da Consulta Pública.
6. Sempre que o proponente do projeto não preste informações complementares no prazo estabelecido no número 3 ou que estas sejam incompletas ou não abordem as deficiências na DIA e ou PGA, a Comissão de Avaliação deve decidir se o processo termina e os documentos do projeto são devolvidos ao proponente. A Comissão de Avaliação deve informar, por escrito, ao proponente do projeto das razões para a rescisão.

**Artigo 9º**  
**Avaliasaun Téknika ba DIA no PJA**

Uma vez ke verifikasaun inisiál DIA no PJA nian kumpleta ona ho susesu, Komitee Avaliasaun sei hala'ó avaliasaun téknika detailada ba DIA no PJA.

**Artigo 10º**  
**Konsultasaun**

1. Iha nebé mak Komitee Avaliasaun iha hanoin katak presiza hala'ó enkontru ida ho proponente projetu, entaun sei hakerek ba proponente hodi hato'ó pedidu ba enkontru ida ne'e.
2. Iha nebé mak Komitee Avaliasaun ho hanoin katak presiza hala'ó enkontru ida ho partes-interesadas seluk, mak sei hakerek ba ema ne'e hodi hato'ó pedidu konaba enkontru intensionadu.

**Artigo 11º**  
**Konsulta Públika**

Komitee Avaliasaun sei asegura katak konsulta públika hala'ó em konformidade ho Lei Lisensiamentu Ambiental no ho Regulamentu konaba Konsultasaun Públika.

**Artigo 12º**  
**Pedidu ba Informasaun Kle'an Liu Tan**

1. Se iha tempu ruma durante avaliasaun téknika referidu iha Artigo 10 Komitee Avaliasaun ho hanoin katak presiza duni hetan informasaun kle'an liu tan husi proponente projetu, Komitee Avaliasau sei notifika proponente hato'ó em eskrita nesesidade atu fornese informasaun kle'an liu tan.
2. Avizu referidu iha Parágrafo 1 tenki espesifika informasaun kle'an mak hato'ó tiha ona nudar pedidu no razaun tansá mak presiza duni atu hetan informasaun kle'an.
3. Prazu ba provizaun informasaun kle'an liu tan ne'e sei fixa data ida tuir konkordánsia hala'ó husi Komitee Avaliasaun nian no proponente projetu.
4. Komitee Avaliasaun sei envia kopia ida nudar avizu referidu iha Parágrafo 1 hato'ó liu ba Autoridade Ambientál no Autoridade Ambientál Superior.
5. Assim ke infomasaun kle'an liu tan referidu iha Parágrafo 1 ne'e submetidu husi proponente projetu ba Komitee Avaliasaun, Komitee Avaliasaun sei asegura katak informasaun kle'an liu tan ne'e sei tau nudar dispozisaun ba púbiku nebé em konformidade ho Lei Lisensiamentu Ambiental no ho Regulamentu kona-ba Konsultasaun Públika.
6. Karik proponente projetu la submete informasaun kle'an liu tan dentru de prazu mak hatur iha Parágrafo 3, ka iha nebé mak informasaun kle'an liu tan ne'e inkompletu ka la temi difisiénsia DIA no ka PJA nian, entaun Komitee Avaliasaun sei foti-desizaun será ke prosesu termina, no dokumentus projetu sei haruka hikas ba proponente. Komitee Avaliasaun sei informa proponente projetu hato'ó em eskrita razoens ba tal terminasaun.

7. Sempre que se aplicam as circunstâncias previstas no número 6, a Comissão de Avaliação notifica, por escrito, a Autoridade Ambiental e a Autoridade Ambiental Superior.

**Artigo 13.º**

**Relatório da análise técnica e parecer da Comissão de Avaliação**

1. Após a conclusão da análise técnica da DIA e do PGA para qualquer projeto proposto, e de acordo com o artigo 13.º do Lei de Licenciamento Ambiental, o Secretariado da Comissão de Avaliação elabora um relatório de análise técnica com base em todas as opiniões ou comentários sobre o projeto proposto.
2. Na elaboração do relatório de análise técnica, o Secretariado da Comissão de Avaliação deve ter em conta:
  - a. A DIA e o PGA;
  - b. Qualquer outra informação complementar prestada pelo proponente, de acordo com o artigo 12º do presente regulamento;
  - c. Os resultados das reuniões realizadas pela Comissão de Avaliação;
  - d. Quaisquer comentários e sugestões enviadas pelo público;
  - e. Todos os relatórios apresentados nos termos do Capítulo IV do presente regulamento.

**CAPÍTULO IV**

**ESPECIALISTAS DE ENTIDADES EXTERNAS À  
AUTORIDADE AMBIENTAL**

**Artigo 14.º**

**Peritos externos**

1. Sempre que, no parecer da Comissão de Avaliação, é exigido conhecimento técnico exterior à Autoridade Ambiental sobre uma questão específica relacionada com o projeto proposto, a Comissão de Avaliação deve envolver essa pessoa ou pessoas.
2. Os peritos externos a que se refere o número 1 podem ser de:
  - a. Instituições académicas;
  - b. Institutos de pesquisa;
  - c. Especialistas internacionais;
  - d. Ou qualquer outro recurso relevante identificado.
3. As disposições dos números 3, 4 e 5 do artigo 3.º do presente regulamento aplicam-se a qualquer perito externo.
4. Qualquer especialista externo pode participar em qualquer reunião da Comissão de Avaliação mediante convite do Presidente da Comissão de Avaliação.

7. Iha nebé mak sirkunstánsia hatur iha Parágrafu 6 aplika, Komitee Avaliasaun sei notifika em eskrita hodi dirije ba Autoridade Ambientál no Superior Autoridade Ambientál.

**Artigu 13º**

**Relatóriu Análize Tékniku no Opiniaun Konaba Komitee Avaliasaun**

1. Hafoin remat análise téknika ba DIA no PJA ba kualker propóztu projetu, Sekretariadu Komitee Avaliasaun sei prepara Relatóriu Análize Tékniku ida bazeadu ba opinioens ka komentárius hotu konaba projetu planeadu em konformidade ho Artigu 13 husi Lei Lisensiamentu Ambientál.
2. Iha preparasaun ba Relatóriu Análize Tékniku nian, Sekretariadau Komitee Avaliasuan sei tau em konta:
  - a. DIA no PJA
  - b. Kualker Informasaun Kle'an liu tan submetidu ba proponente em konformidade ho Artigu 12 husi Regulamentu ida ne'e
  - c. Rezultadu husi enkontru ruma mak hala'o husi Komitee Avaliasaun
  - d. Kualker Sujestaun no Komentáriu mak hato'o husi públiku
  - e. Kualker relatóriu mak submetidu tuir Kapítulu 4 husi Regulamentu ida ne'e .

**KAPÍTULO IV**

**PERITU HUSI LIUR HUSIA AUTORIDADE AMBIENTAL**

**Artigu 14º**

**Péritu husi liur**

1. Iha nebé mak, iha opiniaun Komitee Avaliasaun nian, péritu tékniku rekeridu husi liur Autoridade Ambiental nian konaba asuntu spesífiku ida relasionadu ba projetu planeadu, Komitee Avaliasaun sei involve ema ka ema sira hanesan ne'e.
2. Péritu husi liur refere ba iha Parágrafu 1 sei bele karik mai husi:
  - a. Instituisaun Akadémika
  - b. Instituisaun Peskiza
  - c. Péritu Internasionál
  - d. Ka naran deit rekursus identifikadus relevantes selu-seluk.
3. Provizaun Artigu hirak 3.3, 3.4 no 3.5 husi Regulamentu ida ne'e sei aplika ba péritu ruma husi liur.
4. Kualker Péritu husi liur sei bele karik partisipa iha kualker enkontru husi Komitee Avaliasaun, ho konvite Presidente de Komitee Avaliasaun.

5. Qualquer especialista externo não tem quaisquer direitos de voto na Comissão de Avaliação.
6. Qualquer relatório técnico elaborado por peritos externos é disponibilizado ao público, de acordo com do Lei de Licenciamento Ambiental e com o Regulamento da Consulta Pública.
7. Todos os custos razoáveis de qualquer especialista externo são da responsabilidade do proponente do projeto.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 15º**  
**Entrada em vigor**

O presente Diploma Ministerial entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República.

Assinado em Díli, em 30 de Junho de 2017.

Publique-se.

O Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente,

---

**Dr. Constâncio da Conceição Pinto**

5. Kualker Péritu husi liur sei la iha direitu votasaun iha Komisaun Avaliasaun nian.
6. Kualker relatóriu tékniku preparado husi péritu husi liur sei tau iha dispozisaun ba públiku em konformidade ho Lei Lisensiamentu Ambiental no Regulamentu konaba Konsulta Públika.
7. Kustus razoáveis hotu ba kualker tal peritu husi liur tenki responsabiliza husi proponente projetu.

**KAPÍTULU V**  
**PROVISOENS FINAIS**

**Artigu 15º**  
**Tama ba Vigor**

Diploma Ministeriál ida ne'e sei tama ba vigor hafoin ninia publikasaun iha Jornál Ofisiál.

Díli, em 30 de Junho de 2017.

Publique-se.

O Ministru do komersiu, Indústria no Ambiente,

---

**Dr. Constâncio da Conceição Pinto**

**Anexo I**

**Formato para Aviso de classificação do projeto proposto**



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
DIRECÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

*Edifício Fomento, Rés-do-Chão, Mandarin, Dili. N.º Telef.:*

*+6703339119/9094*

---

**Decreto-Lei n.º 5/2011, a Lei de Licenciamento Ambiental**

**Parecer sobre a classificação do projeto nos termos do artigo 6.º da Lei de Licenciamento Ambiental (LLA)**

[Nome do projeto]

[Tipo de projeto]

[Localização do projeto]

Pedido n.º [ xxxx ]

É o Parecer da Autoridade Ambiental que o projeto acima mencionado insere-se na Categoria [A, B ou C - riscar o que não interessa].

O fundamento desta classificação é o seguinte:

[O projeto insere-se no Ponto xx do Anexo I da LLA] e é classificado como Categoria A ou

[O projeto insere-se no Ponto xx do Anexo II da LLA] e está classificado como Categoria B ou

[O projeto não se enquadra no âmbito dos Anexos I ou II da LLA e é classificado como Categoria C] ou

[O projeto insere-se no Ponto xx do Sub-setor XII do Anexo I da LLA] e é classificado como Categoria A ou

[O projeto não se enquadra especificamente em qualquer setor dos Anexos I ou II, mas por causa dos impactos significativos prováveis do projeto proposto no meio ambiente e em conformidade com o artigo 4.º, n.º 4 da LLA, é classificado como Categoria (A ou B - riscar o que não interessa)]

Assinatura

Data

**Anexo II**

**Formato de anúncio para consulta pública sobre os Termos de Referência propostos para o estudo do DIA dos projetos da Categoria A**



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
DIRECÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE  
Edifício Fomento, Rés-do-Chão, Mandarin, Dili. N.º Telef.:  
+6703339119/9094**

**Anúncio de projeto proposto da Categoria A  
Decreto-Lei n.º 5/2011, a Lei de Licenciamento Ambiental**

**Consulta pública sobre a proposta de Termos de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental**

**Nome e local do projeto proposto**

1. [inserir nome do proponente]
2. [inserir local do projeto proposto]
3. [inserir tipo e dimensão do projeto proposto]
4. O proponente acima mencionado pretende implementar um [tipo de projeto] no local acima
5. De acordo com o Decreto-Lei n.º 5/2011, o projeto proposto é classificado como um projeto da Categoria A e deve submeter-se a um processo de avaliação ambiental, conforme especificado na referida lei
6. Os Termos de Referência para esse estudo devem ser aprovados pela Autoridade Ambiental antes da elaboração e submissão da Declaração de Impacto Ambiental para o projeto proposto
7. A proposta de Termos de Referência já foi submetida à Autoridade Ambiental e está disponível para consulta pública
8. A proposta de Termos de Referência está disponível para consulta em [endereço da Autoridade Ambiental], em [endereço do serviço distrital da Autoridade Ambiental] e em [endereço do proponente]
9. A proposta de Termos de Referência está disponível para consulta durante o horário normal de trabalho
10. Qualquer membro do público tem o direito de comentar a proposta de Termos de Referência
11. Quaisquer comentários sobre a proposta de Termos de Referência devem ser submetidos a [nome da pessoa] na Autoridade Ambiental, por escrito ou por e-mail para [endereço eletrónico da pessoa]
12. Todos os comentários devem ser recebidos pela Autoridade Ambiental em [data]

Assinatura

Data

Repita as etapas acima numa outra língua oficial de Timor-Leste

Repita as etapas acima nas línguas de trabalho de Timor-Leste, sempre que a Autoridade Ambiental considere necessário

### **Anexo III**

#### **Exemplos de mecanismos de consulta pública**

##### **Parte A. Interessados**

###### **Comunidades Afetadas**

As comunidades afetadas são aqueles indivíduos ou grupos que possam ser diretamente afetados (positiva e/ou negativamente) pelo projecto proposto e pelos resultados das decisões tomadas. No mínimo, pretendem saber o seguinte: 1) qual o projeto proposto; 2) quais os impactos prováveis para eles, seus filhos (atualmente e nas gerações futuras) e ao meio ambiente; 3) que os seus valores são conhecidos, compreendidos e levados em consideração; e 4) que as suas sugestões serão cuidadosamente consideradas pelo seu mérito. Membros da comunidade afetada podem exigir e contar com uma explicação das leis e regulamentos relevantes para o projeto. Pretendem e contam com que os proponentes e as agências governamentais ouçam as suas preocupações e as resolvam na medida do possível.

Populações locais têm também conhecimento valioso da lei tradicional e costumes que devem ser incorporados no processo de tomada de decisão. A população local também inclui aqueles com direitos sob a lei tradicional ou consuetudinária.

Notas:

- Uma comunidade afetada pode ser definida como uma aldeia, suco, sub- distrito, distrito, qualquer combinação destes ou todas as populações de Timor-Leste, dependendo do âmbito de um determinado projeto/atividade.
- Em qualquer processo de participação pública deve ser dada especial atenção às mulheres e às pessoas com menos recursos financeiros para garantir a sua participação.

###### **Público em geral**

O público em geral inclui os indivíduos e os grupos não abrangidos pela definição supra de Comunidades Afetadas. Haverá indivíduos/grupos dentro do público em geral com interesse em decisões particulares. Estes indivíduos/grupos podem oferecer uma perspectiva mais ampla de preocupações e interesses além daqueles diretamente afetados pelo desenvolvimento proposto ou pelas instalações onde correm as atividades.

###### **Organizações não-governamentais**

O envolvimento de ONGs fornece muitas vezes uma perspectiva útil mais ampla do público em qualquer projeto. As ONGs podem também ser muito úteis quando há dificuldades com o envolvimento da população local, embora esses pontos de vista nunca podem substituir totalmente os requeridos diretamente pelas próprias pessoas. São muitas vezes disponibilizadas às ONGs recursos e conhecimentos técnicos que podem contribuir positivamente para o processo de tomada de decisão equilibrada.

###### **Agências governamentais**

Os interesses das agências governamentais no processo de compromisso público é assegurar que decisões equilibradas são tomadas por forma a beneficiar tanto o proponente e o público. Eles vêem o envolvimento do público como uma forma de garantir que todos os interessados têm a oportunidade de participar em qualquer processo de tomada de decisão e que a implementação do projecto corra bem. As agências governamentais podem também oferecer uma perspectiva sobre a forma como um projeto se encaixa dentro dos objetivos e prioridades nacionais.

**Doadores, académicos, associações de comércio, etc.**

Os doadores, académicos, associações de comércio, etc., podem representar indivíduos/grupos com interesses particulares e especiais em qualquer situação. Os doadores, por exemplo, podem ser o financiamento do desenvolvimento proposto particular e garantir que a proposta satisfaz as diretrizes internas para a proteção ambiental e participação pública. Os doadores, académicos, associações de comércio, etc., têm vários interesses num processo de tomada de decisão e podem ser afetados de várias formas.

**Parte B. Processos de consulta pública**

O processo de consulta pública pode ser dividido em quatro fases principais, cada um dos quais é um pré-requisito para a seguinte:

- **Recolha de informação:** recolha de dados de referência do público para alimentar a previsão do impacto;
- **Disseminação de informação:** os interessados sejam informados sobre o projeto;
- **Consulta:** os interessados têm a oportunidade de expressar os seus pontos de vista sobre o projeto; e
- **Participação:** uma extensão da consulta, onde os interessados se tornam parceiros conjuntos na conceção e implementação de projectos e participam na tomada de decisões.

Técnicas diferentes podem ser utilizadas para cada fase, como descrito na tabela abaixo:

<b>Recolha de informação</b>	<b>de</b>	<b>Disseminação de informação</b>	<b>de</b>	<b>Consulta</b>	<b>Participação</b>
Questionários/ pesquisas		Média (rádio, jornais)	TV,	Grupos de foco workshops (oficinas)	/ Comité de aldeias
Entrevistas informantes-chave	com	Exposições, exibições		Conferências/ seminários	Mesas redondas
Técnicas avaliação participativa	de	Consultas públicas		Técnicas de avaliação participativa	Técnicas de avaliação participativa
		Publicações em sítios da internet			Atividades de construção de consenso
		Locais de culto			

---

O proponente do projeto deve descrever a (s) técnica (s) usada (s) durante o processo de consulta pública.

**Anexo IV**

**Formato para anúncio de consulta pública para discutir as propostas da DIA ou DIA Simplificada DIA e do PGA**

**Anexo IV**

**Formato para anúncio de consulta pública para discutir as propostas da DIA ou DIA Simplificada DIA e do PGA**

**Anúncio de Consulta pública  
Decreto-Lei n.º 5/2011, a Lei de Licenciamento Ambiental**

**Consulta pública sobre as propostas de Declaração de Impacto Ambiental [Declaração de Impacto Ambiental Simplificada] e do Plano de Gestão Ambiental**

**Local, data e hora da consulta pública**

**Nome e local do projeto proposto**

1. [inserir nome do proponente]
2. [inserir local do projeto proposto]
3. [inserir tipo e dimensão do projeto proposto]
4. O proponente acima mencionado pretende implementar um [tipo de projeto] no local acima
5. De acordo com o Decreto-Lei n.º 5/2011, o projeto proposto é classificado como um projeto da Categoria A e deve submeter-se a um processo de avaliação ambiental, conforme especificado na referida lei
6. O proponente deve realizar consultas públicas sobre as propostas de documentos antes da submissão da Declaração de Impacto Ambiental [Declaração de Impacto Ambiental Simplificada] e o Plano de Gestão Ambiental
7. As propostas de Declaração de Impacto Ambiental [Declaração de Impacto Ambiental Simplificada] e do Plano de Gestão Ambiental estão disponíveis para consulta pública
8. As propostas de documentos estão disponíveis para consulta, durante o horário normal de funcionamento, sem qualquer taxa, em [endereço do proponente], em [endereço do serviço distrital da Autoridade Ambiental], em [endereço da Autoridade Ambiental] e em [endereço de um local no distrito]
9. As propostas de documentos estão também disponíveis para consulta fora do horário normal de funcionamento [especificar horas concretas] em [endereço do local público adequado]
10. O proponente pode exigir uma taxa razoável a ser pago por qualquer pessoa que pretenda cópias de qualquer um ou qualquer parte de um documento
11. A consulta pública será realizada em [local, data e hora] para discutir as propostas de documentos e para o proponente receber comentários e opiniões do público
12. Qualquer membro do público tem o direito de comentar as propostas de documentos
13. Quaisquer comentários sobre as propostas de documentos devem ser submetidos a [nome da pessoa] no proponente, por escrito ou via e-mail para [endereço eletrónico da pessoa]
14. Todos os comentários devem ser recebidos pelo proponente em [data – não inferior a 2 semanas após a data da consulta pública]

Assinatura

Data

Repita as etapas acima numa outra língua oficial de Timor-Leste

Repita as etapas acima no dialeto local, sempre que a Autoridade Ambiental considere necessário

Repita os passos acima nas línguas de trabalho de Timor-Leste, sempre que a Autoridade Ambiental considere necessário

Anexo V

Formato de anúncio de consulta pública sobre a Declaração de Impacto Ambiental e o Plano de Gestão Ambiental de um projeto proposto da Categoria A



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
DIRECÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE  
Edifício Fomento, Rés-do-Chão, Mandarin, Dili. N.º Telef.:  
+6703339119/9094

Anúncio do projeto proposto de Categoria A  
Decreto-Lei n.º 5/2011, a Lei de Licenciamento Ambiental

Consulta pública sobre a Declaração de Impacto Ambiental e o Plano de Gestão Ambiental

Nome e local do projeto proposto

1. [inserir nome do proponente]
2. [inserir local do projeto proposto]
3. [inserir tipo e dimensão do projeto proposto]
4. O proponente acima mencionado pretende implementar um [tipo de projeto] no local acima
5. De acordo com o Decreto-Lei n.º 5/2011, o projeto proposto é classificado como um projeto da Categoria A e deve submeter-se a um processo de avaliação ambiental, conforme especificado na referida lei
6. A Declaração de Impacto (DIA) e o Plano de Gestão Ambiental (PGA) estão disponíveis para consulta pública
7. A DIA e o PGA estão disponíveis para consulta pública no horário normal de funcionamento em [endereço da Autoridade Ambiental] e em [endereço do serviço distrital da Autoridade Ambiental]
8. A DIA e o PGA estão também disponíveis para consulta fora do horário normal de funcionamento [especificar horas concretas] em [endereço do local público adequado]
9. Qualquer membro do público tem o direito de comentar a DIA e o PGA
10. Quaisquer comentários sobre a DIA e o PGA devem ser submetidos a [nome da pessoa] na Autoridade Ambiental, por escrito ou via e-mail para [endereço eletrónico da pessoa]
11. Todos os comentários devem ser recebidos pelo proponente em [data]

Assinatura

Data

Repita as etapas acima numa outra língua oficial de Timor-Leste

Repita as etapas acima no dialeto local, sempre que a Autoridade Ambiental considere necessário

Repita as etapas acima nas línguas de trabalho de Timor-Leste, sempre que a Autoridade Ambiental considere necessário

**Aneksu 1**

**Formatu ba Avizu Klasifikasaun Projetu Planeadu**



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE**

*Rua Dom Boa Ventura Fomento Mandarin, Dili.*

---

**Dekretu Lei 5/2011 Lei Lisensiamentu Ambientál**

**Opiniaun Konaba Klasifikasaun Projetu tuir Artigu 6 husi Lei Lisensiamentu Ambiental**

[Naran Projetu]

[Tipu Projetu]

[Fatin Projetu]

Númeru de Aplikasaun [xxxx]

Ida ne'e nudar Opiniaun Autoridade Ambientál katak projetu mak temi tiha ona iha leten monu ba  
Kategoria [A, B ka C – hamos nudar apropiadu]

Razaunba klasifikasaun idane'ekatak:

[Projetu ida ne'e sei monu ba Pontu xx husi Aneksu I husi LLA] no sei klasifikadu nudar projetu ho  
Kategoria A ka

[Projetu ida ne'e monu ba Pontu xx husi Aneksu II husi LLA] no sei klasifikadu nudar projetu ho  
Kategoria B ka

[Projetu mak la monu ba skope tantu ba Aneksu I ka II husi LLA no sei klasifikadu nudar projetu ho  
Kategoria C] ka

[Projetu mak monu iha Pontu xx husi sub-sektor XII husi Aneksu I husi LLA] no ida ne'e sei klasifikadu  
nudar projetu ho Kategoria A ka

[Projetu mak la kabe espezifkamente ba naran deit sektor ida husi Aneksu I ka II maibé tanba ninia  
posível impaktu signifkante husi projetu planeadu konaba Ambiente em konformidade ho Artigu 44 husi  
LLA, ida ne'e klasifikadu nudar Kategoria (A ka B hamos kuandu apropiadu)

Assinadu

Data

**Aneksu 2**

**Formatu Avizu nian ba Konsulta Públika konaba Termus de Referênsia Estudus DIA ba projetus ho Categoria A**



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E  
AMBIENTE RECCÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

*Rua Dom Boa Ventura Fomento Mandarin, Dil*

---

**Avizu ba Projektu Planeadu ho Categoria A**

**Dekretu Lei 5/2011, Lei Lisensiamentu Ambientál  
Konsulta Públika konaba Termus de Referênsia ba Estudus Impaktu Ambientál**

**Naran No Fatin ba Projektu Planeadu**

1. [Inserenaranproponente]
2. [inserefatinhusiprojetuplaneadu]
3. [insere tipu no tamãnu husi projetu planeadu]
4. Naranihaletenmakproponentehakarakatuharií [tipuprojetu] bafatinmaktemiinhaleten.
5. Tuir Dekretu Lei 5/2011 propóztu projetu ida ne'e klasifikadu nudar projetu ida ho Categoria A, no sei pasa liu husi prosesu avaliasaun ambiental hanesan spesifikada tiha ona iha Lei.
6. Molok prepara no submete Deklarasaun Impaktu Ambientál kona-ba propóztu projetu, Termus Referênsia hodi hala'o estudus ne'e tenke ser aprovalu husi Autoridade Ambientál.
7. Esbosu Termus Referênsia submete dadaun tiha ona ba Autoridade Ambientál no disponível atu públiku hala'o komentáriu.
8. Esbosu Termus de Referênsia ne'e disponível hodi bele haré iha [enderesu Autoridade Ambientál] iha (enderesu eskritóriu distrital Autoridade Ambiental) no iha [enderesu proponente nian].
9. Esbosu Termu Referênsia ida ne'e sei disponível atu haré durante oras normál serbisu nian.
10. Membre ruma husi públiku iha adireitu atu hato'o komentáriu konaba esbosu Termus Referênsia ida ne'e.
11. Komentáriu ruma konaba esbosu Termus Referênsia ida ne'e sei submetidu ba [ema nia naran] iha Autoridade Ambientál em eskrita ka liu husi email ba [ema nian enderesu email].
12. Komentáriu hotu-hotu tenki ser simu husi Autoridade Ambientál husi [tau data]

Asinadu

Data

---

Repete iha leten mai'be ho lingazen ida ne'ebé ofisiál (uma das linguas ofisiais)  
Repete iha leten mai'be iha lingua trabalhu Timor-Leste, ne'ebé ida ne'e nesésáriu duni husi Autoridade Ambiental

### **Aneksu 3**

#### **Ezemplu Mekanizmus ba Konsulta Públika**

##### **Parte A. Partes-Interesadas**

###### ***Komunidade Afektada***

Komunidade afektada mak individuál sira ka grupu mak iha possibilidade atu afekta diretamente (pozitivamente no/ka negativamente) husi projetu planeadu, no rezultadu desizoens nebé halo iha ona. Ho mínimu, sira hakarak hatene tuir mai ne'e: 1) saida mak projetu hakarak hetan; 2) saida deit mak sai posível impaktu ba sira, sira nia labarik (agora no jersaun futuru), no sira nia ambiente; 3) katak sira nia valores kuñesidu, hatene no hetan konsiderasaun; no 4) katak sujestoens nebé sira sei oferese sei konsidera ho kuidadu konaba sira nia valor. Membru komunidade afektadu sei rekere, no bele iha espektativa, ba esplikasaun ba Lei no Regulamentus relevante projetu. Sira sei hakarak, no sei iha ekspektativa, proponentes no ajénsias governu nian atu rona sira nia preokupasoens no atu bele hatan ba sira nia preokupasoens ho diak.

Populasaun lokál mós sei iha kuñesimentu valuável konaba lei tradisionál no uzus-kostumes mak sei inkorpora iha prosesus foti-desizaun. Populasaun lokal iha direitu moris iha lei tradisionál no uzus-kostumes tradisionais ninia okos.

Apontamentu:

- Depende ba estensaun/skope ba projetu/aktividade ida ne'e nian, komunidade afektada bele definida nudar aldeia, suku, sub-distritu, distritu, kombinasau ida husi hirak ne'e, ka ema hotu-hotu husi Timor-Leste.
- Atensaun especial sei tau liu ba feto sira no ema kiak iha prosesu involvimentu públiku hodi asegura sira nia partisipasaun.

###### ***Públiku em jerál***

Públiku em jerál inklui ema individuál sira ka grupus mak la hatama tuir definisaun konaba *komunidade afektada* mak haktuir iha leten. Sei iha ema individuál/grupus iha públiku nia leet mak ho interese iha desizoens partikulares. Individuál/grupus ida ne'e bele oferese perspektiva luan ba preokupsoens no intereses mak a'as liu hirak diretamente afektada husi propózitu dezvoltamentu ka mak sai estipulasaun tuir oráriu.

###### ***Organizasan Naun-Governamental***

Partisipasaun ONGs normalmente fo perspektiva pública diak konaba projetu ruma. ONGs mós sei ajuda teb-tebes bainhira iha difikuldade hodi involve populasaun lokál, maski vizoens hirak ne'e nunka troka hanoin hirak nebé mak hato'o direktamentu husi ema sira ne'e rasik. Rekursus a'as no kuñesimentu tékniku dala barak disponível ba ONGs no bele kontribui pozitivamente hodi hamosu balansu iha prosesu foti-desizaun.

**Ajénsia Governu nian**

Ajénsias governu nian iha interese ba prosesu kompromisu públiku mak atu asegura katak desizoens ho balansu mak hamosu benefísiu tantu ba proponente no públiku. Sira haré knar/kompromisu públiku nudar dalan ida atu asegura partes-interessadas hotu-hotu hetan oportunidade hodi partisipa iha prosesu foti-desizoens ruma, no atu implementasaun projetu la' o ho diak no kaber. Ajénsia governu mos bele oferese perspektiva oinsá projetu kabe ho objektivu nasionál no prioridades.

**Doadores, Akadémikus, Assosiasoens Komérsiu, nsst.**

Doadores, akadémikus, assosiasoens komérsiu nian, nsst bele representa individuais/grupus ho interese partikular no péritu iha kualker situasaun. Doadores, pur ezemplu, bele finansia proposta de dezvoltamentu partikular ida no tenke asegura katak proposta ne'e satisfaz ho matadalan/liña-orientasaun interna ba proteksaun ambientál no partisipasaun públika. Doadores, akadémikus, assosiasoens komérsiu nsst sei iha interese oi-oin iha prosesu foti desizoens, no bele affekta ho dalan oi-oin mos.

**Parte B Prosesus Konsultasaun Públika**

Prosesu konsultasaun públika bele harahun tiha ba faze prinsipál haat, kada faze ne'e sai nudar pre-rekezitu ba faze tuir mai:

- **Rekoila Informasaun:** koleksaun ba dadus husi públiku hodi hatama predisaun ba impaktu;
- **Diseminasaun Informasaun:** Partes-interesadas informada konaba projetu;
- **Konsulta:** Partes-interesadas hetan prioridade ba oportunidade hodi espressa sira nia vizaun ba projetu; no
- **Partisipasaun:** Estensaun ba konsultasaun, nebé partes-interesadas sai parseiru-konjunta iha projeisaun no implementasaun ba projetu no hola parte iha prosesu foti-desizaun.

Diferentes téknikus bele uza ba kada faze mak deskreve iha tabela tuir mai:

<b>KoleksaunInformasaun</b>	<b>DiseminasaunInformasaun</b>	<b>Konsulta</b>	<b>Partisipasaun</b>
Kestionáriu/ inspesaun	Media (radio, TV, Jornál)	Foku-grupus / Semináriu	KomiteeSuku
Korespondente xave ba entrevista	Dispozisaun, ekspozisaun	Konferénsia / semináriu	Meja-Redonda
Téknika	Enkontrupúbliku		Téknika
	KolokaSitus-Internete	Téknika	
	FatinbaSemináriu		
Apresiasaun partisipasaun		Apresiasaun Partisipasaun	Apresiasaun Partisipasaun
			Aktividade harii Konsensu

---

Proponente projetu tenke deskreve téknika mak aplikada durante prosesu konsulta públika.

**Aneksu 4**

**Formatu ba Avizu Enkontru Públiku hodi diskute Esbosu DIA Ka DIA Simplifikada no Esbosu PJA**

**Avizu ba Enkontru Públiku**

**Dekretu Lei 5/2011, Lei Lisensiamentu Ambientál**

**Konsulta públika konaba esbosu Estudus Impaktu Ambientál [esbosu Estudus Impaktu Ambientál Simplifikada] no esbosu Planu de Jestaun Ambientál**

**Fatin, data no tempu Enkontru Públiku**

**Naran no FatinProjetuPlaneadu**

1. [Inserenaranproponente]
2. [Inserefatinprojetuplaneadu]
3. [Insere tipu no tamañu projetu planeadu]
4. Proponenteninianaranmaktemiihaletenhakarakharii [tipuprojetu] ihafatinmaktemiihaleten.
5. Tuir Dekretu Lei 5/2011 projetu planeadu klasifikadu nudar projetu ho kategoria A, no tenke pasa liu husi prosesu avaliasaun ambientalmak hanesan espesifika iha Lei.
6. Molok submete Deklarasaun Impaktu Ambientál [Deklarasaun Impaktu Ambientál Simplifikada] no Planu de Jestaun Ambientál, proponente sei hala'o konsulta públika kona-ba esbosu dokumentus.
7. Esbosu Deklarasaun Impaktu Ambientál [Deklarasaun Impaktu Ambiental Simplifikada] no Esbosu Planu de Jestaun Ambientál sei disponível ba komentáriu públiku.
8. Dokumentu ida ne'e disponível atu haré, durante oras serbisu normal livre husi kobransa, sei hetan iha [enderesu proponente] (enderesu eskritóriu distrital husi Autoridade Ambiental) (enderesu Autoridade Ambiental) no iha (enderesu lokalidade iha Distritu)]
9. Dokumentus ida ne'e disponível atu haréliur husi oras servisu normal (espesifikadu oras aktual) iha (enderesu ba lokalidade públika).
10. Proponente sei presiza halo kobransa razoável nebé selu husi ema ruma mak hakarak halo fotokopia parte hotu ka balun deit husi dokumentu nebé iha.
11. Enkontru públiku sei hala'o iha [fatin, data no tempu] hodi diskute dokumentus no ba proponente atu simu komentárius no opinioens husi públiku.
12. Kualker membru husi públiku iha direitu atu halo komentáriu ba dokumentus.
13. Komentárius ruma konaba esbosu dokumentus tenki ser submetidu ba [temi ema nia naran] iha proponente hato'o ho eskrita ka via email ba [ema nia enderesu email].
14. Komentárius hotu-hotu sei simu husi proponente husi [data – la menus husi semana 2 hafoin data hala'o enkontru públiku]

Repete iha leten maibé ho uma das linguas oficiais Timor-Leste

Repete iha leten, maibé iha língua lokal, se nesésáriu duni husi Autoridade Ambiental

Repete iha leten, maibé iha língua(s) de trabalho, se nesésáriu duni husi Autoridade Ambiental

**Aneksu 5**

**Formatu ba Avizu Konsulta Públika konaba Deklarasuan Impaktu Ambientál no Planu Jestaun Ambientál ba Projetu Planeadu ho Kategoría A**



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**  
**MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AMBIENTE**  
**DIRECÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**  
*Rua Dom Boa Ventura Fomento Mandarin, Dili*

**Avizu ba Projetu Planeadu ho Kategoría A**  
**Dekretu Lei 5/2011, Lei Lisensiamentu Ambientál**  
**Konsulta Públika kona-ba Deklarasaun de Impaktu Ambientál no Planu Jestaun Ambientál**

**Naran no Fatin Projetu Planeadu**

1. [Inserenaranproponente]
2. [Inserefatinprojetuplaneadu]
3. [Insere tipu no tamañu projetu planeadu]
4. Proponente ho narantemiihaletenhakarakharii [tipuprojetu] ho fatinproponent nebétemiihaleten.
5. Tuir Dekretu Lei 5/2011 projetu planeadu klasifikadu nudar projetu ida ho Kategoría A, no tenke pasa liu husi prosesu avaliasaun ambiental hanesan spesifikada iha Lei.
6. Deklarasaun Impaktu Ambientál (DIA) no Planu de Jestaun Ambientál ba projetu planeadu ne'e agora disponível ba konsulta públika
7. DIA no PJA sei disponível hodi harédurante oras serbisu normal iha [enderesu Autoridade Ambiental] no iha (enderesu eskritóriu distrital Autoridade Ambiental)
8. DIA no PJA sei disponível hodi haré liur husi oras serbisu normal (spesifika orasaktkalidau) iha (enderesu lokalidade apropiada).
9. Kualker membru husi públiku iha direitu atu hatu'o komentáriu konaba DIA no PJA.
10. Komentáriu ruma konaba DIA no PJA tenke ser submetidu [ema nia naran] iha Autoridade Ambientál ho eskrita ka liu husi email ba [enderesu email ema ninian].
11. Komentáriu hotu-hotu tenki simu husi Autoridade Ambientál husi [data]

Assinadu

Data

Repete iha leten iha kualker uma das linguas oficiais de Timor-Leste

Repete iha leten maibé iha lingua lokal, se nesésáriu duni husi Autoridade Ambiental

Repete iha leten maibé iha língua (s) ofisitoridadal, se nesésáriu duni husi Autoridade Ambiental